

O lugar da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) na política externa do governo Lula (2003-2010)

The place of the Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB – University for the International Integration of African-Brazilian Portuguese-speaking Countries) within the foreign policy of Lula’s Administration (2003-2010)

Maurício Gurjão Bezerra Heleno*

RESUMO: A pesquisa aborda a política externa do governo Lula (2003-2010) para o continente africano, com ênfase na experiência da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), inaugurada em 2011, no Nordeste do Brasil. Esta iniciativa no âmbito da educação superior é parte da estratégia do Governo Lula de fortalecer os laços de cooperação com a Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP). Por meio do estudo de caso, foi possível perceber os avanços na integração entre os países parceiros, bem como o caráter hegemônico do Brasil nessas relações. No âmbito mais geral, a diplomacia brasileira apresenta duas facetas em relação à África: uma cooperativa, materializada em iniciativas como a Unilab e diversos programas de transferência de conhecimentos, e outra dominadora, revelada pelo interesse brasileiro em expandir sua influência em seu “entorno estratégico” e pela ação predatória de empresas brasileiras em países africanos. Diante de uma aparente contradição (cooperação e dominação), o trabalho conclui que as contradições reais da sociedade brasileira implicam na multiplicidade de ações diplomáticas. Além disso, há limites estruturais para a cooperação entre Estados nacionais, uma vez que estes são impedidos por lógicas que os levam à competição.

Palavras-chave: Unilab, Cooperação internacional, Política externa brasileira.

I Introdução

Ao se analisar política externa, é preciso ter em mente as diversas estratificações que atravessam o Estado nacional, sendo inviável enxergá-lo

como um ente monolítico, uniforme, guiado por lideranças descoladas do ambiente doméstico. Grupos sociais pressionam o governo a satisfazer seus interesses, ao passo que este busca atender, por meio de sua política externa, as demandas internas, muitas vezes conflitantes entre si.

O conceito de *interesse nacional*, frequentemente utilizado por políticos e diplomatas a fim de justificar e legitimar tomadas de decisão na arena internacional, é bastante limitado e pouco satisfatório para a pesquisa acadêmica. Gramsci, ao indagar (1968, p. 44): “(a)s relações internacionais precedem ou seguem (logicamente) as relações sociais fundamentais?”, deu como resposta: “(s)eguem, é indubitável. Toda inovação orgânica na estrutura modifica organicamente as relações [...] no campo internacional [...]”. Essa pista metodológica indica que a categoria gramsciana de *Estado Ampliado* é a mais adequada aos propósitos desta investigação, na medida em que o Estado não se restringe a sua burocracia, abarcando também sua base social - composta por “todas as instituições que (ajudam) a criar nas pessoas certos tipos de comportamento e expectativas coerentes com a ordem social hegemônica” (COX, 2007, p. 104).

Gramsci afirma que mudanças nas relações internacionais normalmente são precedidas de transformações nas sociedades nacionais. Para ele (1968, p. 75), no Ocidente, o Estado é apenas uma “trincheira avançada” à frente da sociedade civil, sendo esta metaforizada pelo autor como uma série de “casamatas”. Essa série de “casamatas” se organiza de acordo com a luta por hegemonia em cada sociedade. Para Cox (2007, p. 118) “uma hegemonia mundial é, em seus primórdios, uma expansão para o exterior da hegemonia interna (nacional) estabelecida por uma classe social dominante”. Assim, o sistema internacional se constitui pela correlação de forças entre hegemonias nacionais, amparadas por um modo de produção dominante que se expande globalmente, unindo e confrontando classes sociais de diversos países.

A política externa de um país reflete a busca pela hegemonia doméstica, a qual projeta seu poder além de suas fronteiras nacionais. Visentini (2013, p. X) observa que “os rumos e as decisões da política externa não são definidos pelo conjunto do bloco social de poder que dá suporte a um governo, mas por alguns setores hegemônicos desse bloco”.

Para Sader (2011, p. 126, 127), embora o governo Lula possa ser considerado pós-neoliberal, devido a suas políticas de distribuição de renda e valorização do salário mínimo, responsáveis pela redução da desigualdade social no Brasil, alinhadas a uma política externa voltada para o crescimento econômico e a integração regional, a hegemonia, no Brasil, repousa em três setores:

[...] o monopólio do dinheiro, por meio da hegemonia do capital financeiro, movido pela taxa de juros mais alta do mundo; o monopólio da terra, por meio do peso determinante dos agronegócios no campo brasileiro; e o monopólio da palavra e da imagem, por meio do peso da mídia privada.

O Brasil ambiciona aprofundar sua inserção internacional por meio de sua crescente presença política, diplomática e econômica no continente africano. A diplomacia brasileira apresenta duas facetas em relação à África: uma cooperativa, materializada em diversos programas de transferência de conhecimentos, e outra dominadora, revelada pelo interesse brasileiro em expandir sua influência política e pela ação predatória de empresas brasileiras em países africanos. Diante de uma aparente contradição (cooperação e dominação), analiso a política externa do governo Lula para a África (2003-2010), com ênfase na experiência da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), inaugurada no dia 15 de maio de 2011, composta por alunos e professores de várias nacionalidades.

A criação da Unilab, instituição acadêmica de matriz internacional, concebida à base da cooperação, oferece um rico laboratório para a compreensão das relações do Brasil com os países africanos de língua oficial portuguesa. A escolha de Redenção como sede da instituição, município onde 116 homens e mulheres foram libertos oficialmente da escravidão em 1883, denota a dimensão simbólica desse projeto.

Tomando como base o estudo de caso, a presente pesquisa está voltada para compreender a dimensão dessa Universidade como exemplo da cooperação brasileira, tida por nossa diplomacia como inovadora e horizontal. Trata-se de confrontar os discursos de fundação, pautados em princípios de solidariedade, desenvolvimento, emancipação, retribuição histórica, com a situação concreta: a experiência de estudantes e professores, os caminhos trilhados e não trilhados no sentido do cumprimento dos objetivos da instituição e como a política externa dos países envolvidos interfere na universidade.

O estudo de caso da Unilab possui caráter instrumental (GOODE; HATT, 1952), na medida em que, tendo sido criada no governo Lula, facilita a compreensão de sua política externa em relação à África. Ela oferece a oportunidade de aglutinar e sintetizar o objeto de estudo, evitando, assim, a dispersão.

Embora seja um procedimento pouco usual no estudo da política internacional e das relações internacionais, a entrevista se revelou essencial para o avanço

desta pesquisa. Percebi que livros, documentos e discursos oficiais não dão conta da vasta experiência humana daqueles que me ajudaram a partir de seus relatos e suas impressões pessoais. A subjetividade, em sua forma mais cristalina, a fala espontânea, bem articulada com outras fontes, mostrou-se capaz de ajudar na compreensão de complexos fenômenos sociais e econômicos.

Dei preferência àqueles há mais tempo na instituição, ou seja, aos estudantes em semestres mais avançados e aos professores e servidores com carreira mais longa. Em relação às nacionalidades, entrevistei jovens oriundos de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau e Moçambique, dos cursos de Administração Pública, Engenharia de Energias, Ciências da Natureza e Matemática; um professor canadense e um brasileiro, membros da Comissão de Implantação da Unilab nos Grupos de Trabalho em Formação de Professores e Agronomia, respectivamente, e um servidor técnico-administrativo brasileiro, responsável pelos processos seletivos. Em números, foram realizadas oito entrevistas (cinco estudantes, dois professores e um servidor), estruturadas de acordo com a posição institucional de cada fonte.

A epígrafe deste trabalho não foi escolhida à toa. Segundo o provérbio africano (COUTO, 2012, p. 9): “até que os leões inventem as suas próprias histórias, os caçadores serão sempre os heróis das narrativas de caça.” Leões são aqueles jovens que, saídos de suas terras natais, do conforto de seus lares, cruzaram o oceano Atlântico para vivenciar o desafio de estudar no sertão cearense, munidos da esperança de um dia voltar e transmitir os ensinamentos obtidos. Diferentemente do provérbio, não se tratou de inventar histórias, mas simplesmente contá-las. Cuidei de analisar como eles tomaram conhecimento da instituição, o motivo de suas vindas, o modo como foram recebidos pela população brasileira, o desenrolar das atividades acadêmicas, a conclusão de seus estudos, a aplicabilidade dos conhecimentos adquiridos, sua percepção acerca do Brasil e da Unilab.

A UNILAB entre avanços e obstáculos

Implantação da Unilab

A implantação da Unilab se deu no contexto de internacionalização da educação superior brasileira durante o governo Lula. Junto dela, a criação de outras duas universidades reforça esse movimento: a Unila – Universidade Federal da Integração Latino-Americana e a UFOPA – Universidade Federal do Oeste do Pará. Tanto Unila como Unilab reservam 50% de suas vagas para alunos estrangeiros.

A criação dessas três universidades corresponde a três áreas pertencentes ao entorno estratégico brasileiro: África Lusófona, Mercosul e região Amazônica (países pertencentes ao Tratado da Cooperação Amazônica). O esforço brasileiro de projeção internacional, portanto, encontra-se articulado em diversos segmentos, sendo o educacional um dos mais destacados.

No dia 20 de julho de 2010, o presidente Lula sancionou a Lei nº 12.289, criando a segunda universidade federal do estado do Ceará e estabelecendo sua missão e seus objetivos: (UNILAB, 2013a, p. 60).

Art. 2º A Unilab terá como objetivo ministrar ensino superior, desenvolver pesquisas nas diversas áreas de conhecimento e promover a extensão universitária, tendo como missão institucional específica **formar recursos humanos para contribuir com a integração entre o Brasil e os demais países membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - CPLP**, especialmente os países africanos, bem como **promover o desenvolvimento regional e o intercâmbio cultural, científico e educacional.** (negrito nosso)

Foram apontadas cinco áreas de interesse prioritárias: agricultura; saúde coletiva; gestão pública; educação básica e tecnologias e desenvolvimento sustentável. Foram previstos os seguintes cursos para o período 2011-2013 (UNILAB, 2010, p. 16): Bacharelado em Agronomia; Bacharelado em Administração Pública; Licenciatura em Ciências Naturais; Enfermagem; Engenharia de Energias; Bacharelado em Zootecnia; Bacharelado em Ciências Econômicas e Atuariais; Pedagogia; Saúde Coletiva; Engenharia Civil; Engenharia Agrícola; Bacharelado em Políticas Públicas; Licenciatura em Ciências Sociais e Humanas; Medicina e Engenharia da Computação.

A vinda dos estudantes africanos e a divulgação da Unilab no estrangeiro

Para entender a Unilab, julguei importante conhecer o motivo da vinda de estudantes africanos para uma pequena cidade no interior do Ceará. Essa investigação ajudou a desvelar características importantes do objeto de pesquisa. Em primeiro lugar, porque o esforço de divulgação da Unilab nos países parceiros representa, em parte, a própria divulgação do Brasil no estrangeiro. Em segundo lugar, porque lança luzes sobre a realidade desses países e em suas relações com o Brasil.

Dentre os motivos para a vinda ao Brasil, sobressai a busca por oportunidades de estudo. Entre as universidades brasileiras, a Unilab é a que se apresenta mais acessível aos estudantes africanos, conforme os relatos. Faustino descreve as dificuldades de seu país (Guiné Bissau) e seu interesse em dele sair:

É a questão da oportunidade. Desde muito tempo, já queria sair. Desde quando eu fiz o ensino médio, eu tinha essa vontade de sair, no sentido de realizar meu sonho, de ser um homem bem formado na minha área. Eu pensava sempre em me formar em Economia, mas não consegui a oportunidade de sair porque não tinha meios financeiros. **Dentro do país era difícil porque não tinha universidade pública, só universidade privada.** (negrito nosso)

A Unilab cumpre papel importante ao oferecer oportunidade a quem dela necessita em outros países. Os depoimentos revelam um cenário de poucas alternativas educacionais para a população jovem dos países africanos lusófonos, com exceção de Angola. Mesmo nesse país, relativamente bem dotado de universidades públicas, o pensamento vigente defende ser preferível estudar num país estrangeiro. Dentre as universidades brasileiras, a Unilab é a grande porta de entrada brasileira para estudantes africanos, ao lado do Programa Estudante-Convênio de Graduação (PEC-G). Porém, em termos proporcionais, a Unilab recebe uma porção muito maior de estrangeiros (reserva de 50% das vagas para estudantes estrangeiros), haja vista que o PEC-G se dilui entre todas as universidades federais brasileiras. Sem a Unilab, a oportunidade de jovens africanos ingressarem numa instituição de ensino superior dificilmente seria possível. Esse é um dos grandes méritos da instituição.

Inauguração, expansão e internacionalização da Unilab

Em 25 de maio de 2011, dia da África, a Unilab iniciou suas atividades. Àquele momento, a universidade contava com 180 estudantes matriculados, sendo 141 brasileiros e 39 estrangeiros (cerca de 21% do total), 16 professores efetivos e 5 visitantes, distribuídos nos 5 cursos previstos para o primeiro ano (UNILAB, 2013a, p. 36). Hoje a universidade conta com 1.352 alunos, dos quais 1.053 são brasileiros e 299 estrangeiros. Em termos proporcionais, cerca de 22% de seu alunado possui origem estrangeira (16% africanos), contra aproximadamente 21% em sua inauguração (UNILAB, 2013b).

Persistem barreiras à realização de processos seletivos nos países parceiros, dificultando o ingresso equitativo entre brasileiros e estrangeiros. Rodolfo Pereira esclarece:

Vou falar do lugar institucional em que estou: na gestão de processo seletivo. A gente tem uma diretriz e a lei de criação da Unilab que estabelecem a oferta de vagas para brasileiros e estrangeiros. **A perspectiva é pensar a internacionalização como acesso ao ensino superior ofertando 50% por cento das vagas para os países parceiros; esse é o desafio inicial. Em três anos de editais de processo seletivo a gente disponibiliza sempre 50% das vagas para brasileiros e 50% das vagas para estrangeiros parceiros. O desafio é fazer com que a gente tenha a efetivação da classificação e da matrícula e isso não tem se efetivado. Já ofertamos cerca de 1400 vagas para os cursos presenciais de graduação; temos matriculados hoje cerca de 300 estudantes estrangeiros e 1000 brasileiros; entre os estrangeiros também há divergências. Nós ofertamos as vagas equitativamente, mas também há desequilíbrio. Os estudantes de Guiné-Bissau e do Timor Leste são em maior número. Existe o desafio grande de ofertar e garantir que as vagas sejam preenchidas equitativamente.** (negrito nosso).

Dentre os obstáculos existentes, incluem-se a divulgação da Unilab e a logística da aplicação de provas:

A gente tem muita dificuldade de divulgar a Unilab, nosso veículo de divulgação são as embaixadas brasileiras nos países. Existe o esforço de articular convênios com os ministérios de educação, com universidades públicas, que seriam parceiras nesse processo de divulgação, mas isso ainda está em construção. Outro desafio seria a logística do processo seletivo. Quem executa o processo seletivo nos países é o quadro do pessoal das embaixadas. **A cada processo seletivo a gente tem aumentado o número de candidatos. No último processo seletivo, em abril desse ano (2013), tivemos 300 candidatos de todos os países, concorrendo pelas 192 vagas. A gente só conseguiu matricular 100 estudantes e somente 120 foram classificados. Nesse ano, em outubro e novembro, estaremos em processo seletivo. Temos cerca de 1300 candidatos inscritos para 194 vagas; talvez seja a primeira vez que a gente consiga classificar 194 candidatos estrangeiros para começarem a estudar em fevereiro do ano que vem. [...]** (negrito nosso).

O depoimento acima revela a dimensão do desafio assumido pela Unilab. Ter de lidar com várias realidades nacionais distintas, praticamente ao mesmo tempo, a fim de preencher as vagas reservadas a estrangeiros, é, no âmbito da internacionalização, um empreendimento de grande ousadia. Existe, igualmente, o esforço de “interiorizar” a internacionalização da Unilab; ou seja, de integrar regiões interioranas dos países parceiros nos processos seletivos. Isso, porém, exige logística e integração num nível que a Unilab ainda não possui, segundo Rodolfo:

Posso responder a partir da minha posição da coordenação de assuntos acadêmicos. Hoje o que a gente tem é um convenio com a UNTL (Universidade Nacional do Timor Leste); tirando Timor Leste, a gente ainda não tem, no processo seletivo, esse tipo de articulação com outras universidades e ministérios da educação para logística de divulgação do processo seletivo. Existem inúmeros (outros) convênios com instituições dos países parceiros. (negrito nosso).

Para ingressar na Universidade, os candidatos estrangeiros são submetidos a processo seletivo distinto do aplicado aos brasileiros. Rodolfo esclarece como se dá a avaliação do primeiro grupo:

Há duas vertentes de avaliação: do histórico do ensino secundário, o nosso equivalente ao ensino médio; a gente avalia os três últimos anos, fazemos médias anuais que geram uma média do ensino médio; a outra é uma prova de redação. Criamos uma média ponderada em que a redação tem peso 2 que resulta numa nota de classificação. Esse modelo foi herdado do PEC-C. A gente sente a necessidade de aperfeiçoar esse processo seletivo [...], que não atende às demandas de seleção da Unilab por causa do impacto de entrada desses estudantes, que tem uma realidade linguística muito diversificada. A gente ainda não tem proposta definida; estamos analisando. Tivemos uma mudança significativa da edição 2013.1 para 2013.2 no tocante à seleção de estrangeiros, em termos de documentação de inscrição. (negrito nosso).

A complexidade dos tópicos levantados por Rodolfo demanda uma teia de integração que, conforme dito acima, ainda está em construção. Há certa quantidade de acordos entre a Unilab e as instituições dos países parceiros,

pertinentes à mobilidade acadêmica de professores, estudantes e servidores. Porém, ainda engatinham, em termos práticos. Percebo um protagonismo brasileiro exacerbado no planejamento e na condução das políticas da Unilab. Ainda que seja uma universidade federal, a participação dos países parceiros representa requisito essencial para o sucesso da instituição no tocante à integração.

Mesmo com toda a complexidade que envolve os processos seletivos, o Brasil assume praticamente sozinho a tarefa de elaborá-los e realizá-los. A escolha do PEC-G como paradigma de avaliação, sem grande participação dos países parceiros no processo decisório, revela o predomínio de modelos brasileiros.

Os cargos da administração superior da Unilab (reitoria e pró-reitorias) são todos ocupados por brasileiros. Segundo o prof. Bruno Okoudowa (Gabão), apenas recentemente um dos institutos acadêmicos (Ciências Sociais Aplicadas) passou a ser dirigido por uma professora africana (Rosalina Tavares – Cabo Verde). Vale frisar, porém, que nem tudo o que foi dito acima deve ser creditado diretamente à Unilab, pois há questões de política externa envolvidas que transcendem a competência e capacidade da instituição. Como a divulgação e a execução dos processos seletivos da Unilab são feitas pelos setores consulares, o sucesso desses procedimentos vai depender da intensidade das relações diplomáticas do Brasil com os países parceiros.

Por ser uma universidade sem precedentes no Brasil (ao lado da Unila), muitas de suas políticas educacionais guardam particularidades importantes. No tocante ao planejamento pedagógico, discutido durante as atividades dos Grupos de Trabalho, Jacques Therrien pontua:

A proposta que predominou foi a de universidade em tempo integral, universidade presencial, professores permanentes junto ao campus da universidade; seriam tanto tutores acadêmicos e tutores residenciais. Pensamos num formato de currículo muito mais integrado que tenha convergência com formação cultural; foi pensando um instituto afro-brasileiro que teria a função de fazer maior integração entre os estudantes brasileiros e africanos e trazer para a Unilab cientistas e professores da África para tornar a Unilab uma instituição de formação e pesquisa afro-brasileira.

A Unilab funciona em trimestres para que seja em tempo integral. A partir do quarto trimestre deveria haver uma articulação com as escolas, com as secretarias municipais, para que os alunos estagiassem; o mesmo para a saúde,

nos postos de saúde. Uma tarde, um período na semana, a mesma coisa para a administração. Isso implica uma infraestrutura articulada com os municípios do Maciço. A proposta é integrar o aluno no contexto logo no começo do curso, uma integração na realidade. (negrito nosso).

Rodrigo Aleixo revela como foi pensada a integração internacional por meio da elaboração curricular para o curso de Agronomia:

1º passo - concepção de curso voltada para os agricultores pobres, para o campesinato. Os camponeses do hemisfério Sul tem uma estrutura semelhante. A quase totalidade dos cursos no Brasil não segue esta linha, preferindo os agricultores ricos e a economia mercantil voltada para a produção de dinheiro. São bens não essenciais para o consumo humano (café, açúcar, soja).

2 etapa – formar uma rede de conexões com instituições de governo e da sociedade civil na África. Sem isso não vai haver cooperação de fato. Temos que definir nossa concepção de cooperação e integração. A ideia da agronomia é chegar na ponta (sociedade civil), mas ela tem que passar pelas instituições. Para formalizar o contato da Unilab é preciso o apoio de instituições oficiais. Assim, pensamos numa Universidade plural em rede.

Há visível tentativa de comungar a trimestralidade das atividades acadêmicas, o conteúdo das disciplinas curriculares, o caráter residencial da universidade e a integração sociocultural entre alunos. Particularmente, eu acrescentaria que Redenção oferece ambiente propício a este último ponto, considerando que uma grande cidade favoreceria a dispersão. Pude ver, em minhas visitas, que muitos alunos passam a maior parte de seu tempo na própria universidade, seja na biblioteca, nas salas de aula ou nos espaços de convivência. O Restaurante Universitário, que serve almoços e jantas, torna-se um formigueiro humano a cada momento em que abre as portas. Em suas mesas, pessoas de várias nacionalidades compartilham refeições, conversas e sorrisos. O mesmo acontece nos corredores, onde diferenças de nacionalidade não parecem oferecer barreiras. Julimar Trajano fala que “talvez até não haja integração entre Estados, mas, aqui na Unilab, há, sem dúvida, integração entre povos”.

Júlio Maza acrescenta:

[...] no caso das (comemorações das) independências, a Unilab tem promovido atividades incluindo estudantes

de várias nacionalidades. Eles apresentam tipos de dança, música. Há o torneio universitário a partir da universidade. Conhecemos estudantes de outros países, sabemos um pouco da comida, da cultura, como eles convivem.

Apesar dos percalços, os cursos hoje funcionam normalmente, em comparação com a média das universidades federais brasileiras. Júlio Maza comenta a evolução da Unilab desde o início das atividades:

Evoluiu muito mesmo. [...] quando chegamos não tínhamos professores nos devidos cursos, sofremos muito por causa disso. Hoje temos professores qualificados, todos doutores. Cada área já tem esses professores; a universidade aumentou seus *campi*. Estão a ser construídos laboratórios e a residência estudantil em Aurora (campus).

Como dito anteriormente, a Unilab abriu suas portas com 16 professores efetivos e 5 visitantes. Em junho de 2013, a Unilab contava com 86 docentes efetivos (83 doutores), dos quais 75 são brasileiros e 11 estrangeiros (UNILAB, 2013a, p. 72). Logo, o índice de professores estrangeiros é de aproximadamente 12%; 9% de professores africanos. Para uma instituição de cooperação e integração internacional, trata-se de um índice reduzido, considerando a previsão do plano de diretrizes da instituição de equiparar a quantidade de professores brasileiros e estrangeiros (2010, p. 11).

O modelo de integração pensado para a Unilab não se restringe à formação de recursos humanos, mas inclui também o intercâmbio cultural. Os depoimentos trazidos acima demonstram como esse “caldo” de diversidades contribui para tornar a Unilab uma universidade distinta das demais. Considerando que a cooperação e a integração devem ser uma via de mão de dupla, cabe aos brasileiros aprender com as experiências dos povos parceiros, não apenas ensinar-lhes nossos conhecimentos para depois mandá-los de volta a seus países de origem. Eduardo, estudante moçambicano na UFC, critica esse panorama:

[...] a maioria dos professores e alunos (da Unilab) são brasileiros e não conhecem a realidade africana. O que está acontecendo é uma transferência de conhecimentos brasileiros para a cabeça dos alunos da Unilab; não está havendo cooperação, não está havendo troca; parece mais uma neocolonização. A idéia (original) de cooperação não era essa cooperação desigual de os alunos só aprenderem. A Unilab não está perguntando o que eles trazem de novo;

está a formatá-los e mandando-os de volta para casa. Para o africano é importante dizer que tem ensino fora do país, ter um diploma conseguido no Brasil.

Para escapar da situação descrita por Eduardo, um primeiro passo poderia ser dar maior ênfase à presença de professores estrangeiros, sobretudo africanos, na Unilab, sejam permanentes ou visitantes. Vale ressaltar que os atuais professores oriundos de outros países tiveram, em sua maioria, formação em instituições brasileiras, mediante o incentivo do programa PEC-G ou PEC-PG, e concorreram para seus cargos em ampla concorrência com os brasileiros. Ou seja, são profissionais forjados no habitat acadêmico brasileiro, habituados as suas práticas, virtudes e defeitos. A vinda de acadêmicos formados fora do país, ainda que na qualidade de visitantes, contribuiria para adensar o intercâmbio de conhecimentos e experiências acadêmicas, fortalecendo a posição dos países parceiros no interior da instituição.

Rodrigo Aleixo acredita que a Unilab pode servir para contrabalançar a atuação “imperialista” brasileira na África:

A relação do Brasil, como um todo (governo, empresas), com a África, é imperialista. Veja a atuação da Vale, da Petrobras, do governo, das empresas em geral, construtoras, mineradoras. A única instituição que pode ir na contramão desse processo é a Unilab. Por isso acho fundamental trabalhar a concepção de cooperação. Pra mim é a organização em rede. Aí é possível não ser imperialista. Sem a intermediação do Estado, porém, não é possível chegar na outra ponta de forma consistente. É ele que fornece os mecanismos.

A organização em rede, para Aleixo, deve articular a sociedade civil brasileira com a sociedade civil dos países parceiros, passando pela necessária articulação dos poderes públicos. Esse depoimento ajuda a revelar os limites estruturais do Estado no âmbito da cooperação internacional, uma vez que ele é impelido à competição e à busca por acumulação de capital. Assim, as práticas cooperativas não podem ficar restritas ao âmbito estatal, sob o risco de serem menos efetivas ou ineficazes.

No tocante à conclusão dos cursos, o documento de diretrizes da Unilab (2010, p. 10, 11) prevê uma política de dupla titulação, aliada à inserção no mundo do trabalho nos países de origem dos alunos (UNILAB, 2010, p. 11). Todavia, a Pró-Reitoria de Relações Institucionais afirma que ainda não foram

tomadas decisões acerca da execução dessas políticas de mobilidade – tanto a dupla titulação quanto o estágio final no país de origem. Considerando que as primeiras turmas já se encontram na segunda metade de seus cursos, o desafio se torna ainda maior. O relato dos estudantes confirma a indefinição. Para Faustino:

Até hoje está sendo discutida a volta do estudante estrangeiro para terminar sua formação. Está nas diretrizes da Unilab, mas eu pergunto: no caso dos países que não tem universidade pública, como a Unilab pretende fazer? E dentro desses países há cursos que não existem (iguais aos da Unilab), como, por exemplo, o de engenharia de energias e agronomia. Acho que é uma utopia essa questão. Pode se realizar em longo prazo. Devo voltar ao final de 2014, no meu país não tem universidade pública, tinha uma que foi privatizada. (negrito nosso).

Um ponto que merece destaque é o papel da Unilab no que diz respeito à “fuga de cérebros” na África, percebida como um dos grandes empecilhos ao desenvolvimento do continente. Por mais indefinidas que estejam as políticas de mobilidade, o simples fato de enviar de volta os estudantes aos respectivos países de origem já aponta positivamente para o enfrentamento do problema. A Unilab difere do PEC-G nesse aspecto, uma vez que neste, segundo Jacques Therrien, “o aluno termina e fica aqui.”

Todos os alunos da Unilab entrevistados expressaram o desejo de retornar e contribuir com o desenvolvimento de seus países. Faustino comenta:

Quando eu terminar minha formação aqui na Unilab, quero aumentar meu conhecimento, quero fazer uma pós-graduação *stricto sensu* no Brasil ou em qualquer país e prosseguir para o doutorado. **Assim vou poder voltar para o meu país com a bagagem certa.** Eu quero, quando voltar para lá, ter minha iniciativa própria, não quero ter nada vinculado ao Estado, à política. Vinculado ao Estado, você não consegue revelar o seu conhecimento, você é obrigado a entrar no sistema de corrupção. **Uma das coisas que eu gosto mais na minha vida é transmitir, quero dar oportunidade a outras pessoas.** (negrito nosso).

Nelson Coutinho manifesta preocupação com a aplicabilidade dos conhecimentos adquiridos na Unilab em seu país de origem, Cabo Verde:

[...] o curso (Engenharia de Energias) é todo estruturado com conhecimento brasileiro, com aplicações do Brasil; por exemplo, termos que aprender como se instala uma hidrelétrica. A gente vai aprender isso, mas todos os exemplos de situações de instalação de hidrelétrica são no Brasil; raramente o professor vem e diz assim: se fosse na Guiné, a gente tem o vento tal, a quantidade de água tal no rio tal, então não há essa interligação dentro da disciplina em termos de exemplos, em termos de nos dar uma noção do que a gente pode fazer lá fora, ou seja: cadê a realidade de lá? A gente precisa porque é lá que a gente vai aplicar; eu fico meio em dúvida porque termina o curso, ok, eu aprendi tudo sobre o Brasil, mas a população do Brasil é diferente, o tamanho do Brasil é diferente, o clima do Brasil é diferente. (negrito nosso).

Noto nos alunos o desejo de voltar para contribuir com o destino de sua terra natal, mesmo que a graduação cursada nem sempre seja aquela desejada originalmente. Com a volta para o país natal, termina-se o ciclo. Mostrei como os então candidatos tomaram conhecimento da instituição, como foi feita sua divulgação no estrangeiro, em que bases se organiza seu processo seletivo, quais os motivos que os levaram a vir ao Brasil, quais as percepções acerca de Redenção e da Unilab, como se deu o início das atividades acadêmicas, como se estruturam os currículos escolares e o projeto pedagógico da universidade e como está planejada a conclusão dos cursos de graduação. Permeei esse caminho com reflexões pessoais acerca da internacionalização da Unilab. Tratei também dos acordos internacionais, da integração entre povos e entre Estados, da “fuga de cérebros” e de como a política externa dos países envolvidos interfere no funcionamento da instituição.

A título de conclusão, vale mencionar que a Unilab conta hoje com uma nova reitora (*pro tempore*), a professora Nilma Lino Gomes, empossada no dia 1º de abril de 2013 (UNILAB, 2013a), cuja trajetória pessoal está ligada a questões étnicas e ao combate ao racismo. Sendo uma entre tantas peças no quebra-cabeça da atual política educacional brasileira, a Unilab conta, em pouco tempo de existência, com muitos méritos, reconhecidos pelos entrevistados. Faustino faz um balanço desses dois anos de universidade:

Essa universidade foi criada através da cooperação solidária que o ex-presidente Lula fez com os países (lusófonos) no sentido de criar essa Universidade. A Universidade está num bom caminho. Eu acho que é uma

Universidade inovadora. Trazer estudantes de outros países para cá, amparando esses estudantes, é uma inovação, e eu agradeço muito essa oportunidade. A Universidade ainda está em fase de construção. Com dois anos, ela tem quase dois mil estudantes e professores de diferentes nacionalidades e vai implementar novos cursos. Os cursos estão funcionando plenamente para mim, a universidade está cumprindo os seus objetivos. Ela tem uma política estudantil, uma boa política, pois oferece bolsa de iniciação científica através do mérito. A Universidade está produzindo artigos, mas há coisas faltando. A Universidade tem que se esforçar mais, tem que equilibrar a questão de 50% brasileiros, 50% estrangeiros, há também as exigências estudantis. (negrito nosso).

Sintetizando os aspectos positivos da Unilab, posso citar o olhar para a África, resgatando a herança histórica e cultural dos nossos antepassados negros; a promoção da integração, sobretudo entre povos, que aprendem diariamente a conviver e aprender com as diferenças; a oferta de oportunidades de estudo para jovens africanos e a ênfase no retorno ao país de origem, mitigando os efeitos da “fuga de cérebros” de pessoal qualificado.

Por outro lado, a Unilab reproduz assimetrias também verificáveis na política externa brasileira em relação ao continente africano. Questiono aqui o próprio conceito de cooperação, tido como mecanismo conjunto de coordenação de políticas, em que atores racionais ajustam seus comportamentos de acordo com seus interesses (LEITE, 2011). Vejo que o mesmo possui pouca compatibilidade prática, pois peca pelo excesso de abstração e racionalismo. Os atores (Estados nacionais) nunca estão em patamar real de igualdade, no qual poderiam tomar decisões perfeitamente racionais. Sempre haverá preponderância de uma parte sobre outra, o que relativiza a ideia de “mecanismo conjunto”, haja vista que não há equilíbrio perfeito. Assim, a cooperação adquire, muitas vezes, uma via de “mão única”, como no caso brasileiro com a África e no da Unilab, em específico. Utilizo o termo “mão única” no sentido exposto ao longo desse texto, como quando Eduardo criticou a ausência de trocas entre o Brasil e os países africanos e o viés de “transferência de conhecimentos” adotado pela Unilab.

A Unilab funciona como “dádiva” brasileira: foi criada sob o pressuposto de uma dívida histórica com o continente africano (obrigação de “dar”), visando formar a imagem de país solidário, acolhedor e parceiro, para, ao

fim, ter de volta para si o “objeto do espírito” em forma de apoio político e abertura econômica a empresas brasileiras. Os alunos entrevistados reforçam a simbologia de um Brasil amigável. Fernando Caiavi expressa sua percepção acerca do Brasil:

Noto democracia aqui, há muitas pessoas saindo às ruas, protestando; quando há coisas que precisam ser faladas, são ditas. Há também uma parte da democracia que é ofuscada, não se faz completamente. No mundo moderno, é uma coisa geral, a democracia nunca é 100% em todos os países. **Continuo com a mesma percepção. O povo é muito acolhedor. Lá em Angola diziam que o povo é muito legal; fomos muito bem recebidos. (negrito nosso).**

A Unilab integra, portanto, o grande arco da política externa brasileira para o continente africano, a qual contribuiu decisivamente para a eleição de José Graziano para a presidência da FAO e de Roberto de Azevedo para a presidência da OMC. Em ambos os casos, o apoio dos países africanos – avaliado aqui como uma obrigação de “retribuir” - foi decisivo. A Unilab ajuda a fortalecer os laços de “dádiva”, adensando a imagem brasileira de país solidário e “diferente” dos demais. Contribui também para integrar os países parceiros em sua área de influência, aprofundando a posição do Brasil no sistema internacional.

Considerações Finais

Ao analisar a Unilab, destaquei aspectos relativos à sua criação e seu funcionamento, suas políticas pedagógicas, sua rede de parcerias, o cotidiano e as percepções de alunos e professores africanos. A Universidade se mostrou exemplar para investigar e sintetizar as diversas feições da política externa brasileira para a África durante o governo Lula. Averigui o surgimento de uma instituição sem precedentes no Brasil, nascida num contexto social de forte reivindicação por mudanças, incluindo a superação do racismo e o resgate de nossas origens africanas.

A Unilab ajudou a desvelar o interesse brasileiro em estreitar laços com seus parceiros lusófonos, sobretudo os do continente africano. Ao escolher Redenção como sede, município reconhecido por ter abolido a escravidão antes do resto do país, o governo Lula selou, simbolicamente, o esforço de reparação histórica das violações cometidas contra os povos africanos. A Unilab propiciou oportunidades de estudo para jovens africanos que, em alguns casos, dificilmente as teriam em seus países de origem. Seu

planejamento pedagógico visou promover a cooperação por meio de cursos que abarcassem problemas sensíveis ao amplo espectro das populações residentes nos países parceiros. Almejou impedir a fuga de cérebros exigindo que o término dos cursos seja feito no país de origem, juntamente com um estágio supervisionado. As entrevistas desvelaram o desejo unânime de retorno à terra natal. As visitas me permitiram vislumbrar o saudável convívio entre estudantes de diferentes nacionalidades e a valorização da diversidade cultural por meio de inúmeras apresentações artísticas, mostrando que a Universidade buscou cumprir seu objetivo de integrar culturalmente os povos da lusofonia.

Vista por outro ângulo, a Unilab revelou a iniciativa brasileira de se projetar com maior intensidade em seu entorno estratégico, mediante política educacional que previu a criação de universidades de integração junto a regiões relevantes (África, Mercosul e Região Amazônica). Seu funcionamento lançou luzes sobre a preponderância de modelos brasileiros nos processos seletivos, o pequeno número de professores africanos na instituição, a ínfima presença destes em postos de chefia e a limitada participação dos países parceiros na formulação, execução e avaliação de políticas da Universidade. Assim, percebi a presença de uma cooperação de “mão única”: transferência de conhecimentos, sem que haja efetivamente troca de saberes, aprendizado com os povos africanos, ao contrário do arcabouço teórico da cooperação Sul-Sul. A Unilab operou como “dádiva”: lastreada na obrigação brasileira de “dar”, quantificada por dívidas históricas com a África, decorreu a obrigação de “retribuir”, na forma de apoio político e abertura ao grande capital, hegemônico em nossa sociedade.

O estudo de caso ajudou a perceber as duas faces aparentemente contraditórias da política externa brasileira para a África durante o governo Lula: a cooperativa e a dominadora. Diante dessa aparente contradição, concluo que ela desvela a complexidade de nossa sociedade, cujas diversas aspirações e demandas implicam na multiplicidade de ações diplomáticas, uma vez que a busca por hegemonia interna produz efeitos na política externa.

A diversidade de grupos sociais e de agências governamentais envolvidas na política doméstica, com efeitos na política internacional, ocasiona os contrastes na atuação diplomática do Brasil. Assim, a aparente incoerência é, na verdade, a contradição real do conflito de interesses na sociedade, distintamente representados no Estado burguês (IANNI, 1992).

Concluo que há limites estruturais para a cooperação entre Estados nacionais, uma vez que estes são impelidos por lógicas que forçosamente os levam a

Artigo
 Recebido: 17/03/2014
 Aprovado: 20/04/2014

Keywords: Unilab;
 International
 cooperation;
 Brazilian foreign
 policy.

competir por capitais e por maior inserção internacional. Assim, para que realmente cumpra seus objetivos, a cooperação Sul-Sul, inclusive a Unilab, deve contar com a participação ativa da sociedade civil em sua formulação, execução e avaliação. Porém, não se pode abandonar a figura do Estado, melhor dotado de ferramentas legais e institucionais condizentes com a operacionalização de tais políticas.

ABSTRACT: The research approaches the foreign policy of government Lula (2003-2010) upon african continent, with emphasis on the experience of the Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), inaugurated in 2011 in Brazil's northeast. This initiative in the field of superior education is part of government Lula's strategy towards strengthening the cooperation bonds with the Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP). By the case study, it was possible to perceive the advances in the integration between the partner countries, as well the hegemonic character of Brazil in these relations. In the broader context, brazilian diplomacy presents two faces towards Africa: one cooperative, materialized on initiatives like Unilab and many knowledge transference programmes, and another dominator, revealed by brazilian interests upon expanding its influence on its "entorno estratégico" and the predatory activities of brazilian companies in african countries. Before an aparent contradiction (cooperation and domination), the work concludes that the real contradictions in brazilian society implicate in the multiplicity of diplomatic actions. Also, there are structural limits of cooperation among national states, because they are impelled by logics which put them in competition.

Referências

BANCO MUNDIAL; INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS APLICADAS (IPEA). Ponte sobre o Atlântico: Brasil e África Subsaariana, parceria Sul-Sul para o crescimento. Brasília, 2011.

BOND, Patrick. Lessons for Brazil from South Africa. Pambazuka News. SPECIAL ISSUE: Brazil: Sizing up Africa's new suitor, n. 640, 2013. Disponível em: < <http://pambazuka.org/en/issue/640> > <http://pambazuka.org/en/issue/640> >. Acesso em: 10 de nov. 2013.

COUTO, Mia. A confissão da Leoa. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

COX, Robert W. Gramsci, hegemonia e relações internacionais: um ensaio sobre o método. In: GILL, Stephen (Org.), Gramsci, materialismo histórico e relações internacionais. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007.

FIORI, José Luis. O Brasil e seu "entorno estratégico" na primeira década do século XXI. In: SADER, Emir (Org.), 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil,

2013. GOODE, William J.; HATT, Paul K. *Methods in social research*. Tokyo: McGraw- Hill, 1952.

GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

IANNI, Octavio. *A produção da sociedade capitalista (Introdução)*. In: IANNI, Octavio (Org.). *Karl Marx. Sociologia*. 7ed. São Paulo, Ática, 1992.

LEITE, Patrícia Soares. *O Brasil e a cooperação Sul-sul em três momentos: os governos Jânio Quadros/João Goulart, Ernesto Geizel e Luiz Inácio Lula da Silva*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

SADER, Emir. *Neoliberalismo versus pós-neoliberalismo: a disputa estratégica*. In: JINKINGS, Ivana (Ed.), *Margem Esquerda: ensaios marxistas*, número 16, junho. São Paulo: Editora Boitempo, 2011.

SILVA, Kelly Cristiane da. *A cooperação internacional como dádiva: algumas aproximações*. *Mana* [online], v.14, n.1, p.141-171, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-93132008000100006&script=sci_abstract&tlng=pt> Acesso em: 07 de jan.2014.

UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFROBRASILEIRA (UNILAB). *Diretrizes Gerais*. Julho de 2010.

_____. *Caminhos e Desafios Acadêmicos da Cooperação Sul-Sul*. Redenção, Unilab, 2013a.

_____. *Unilab em Números*. Redenção, Unilab, 2013b. Disponível em: <<http://www.unilab.edu.br/unilab-em-numeros/>> Acesso em: 07 de jan. 2014.

VISENTINI, Paulo Fagundes. *A projeção internacional do Brasil: 1930-2012: diplomacia, segurança e inserção na economia mundial*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.